

Notícias Sindicais, 10/04/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Intersindical cobra mais dinheiro para a PLR

Foi realizada na terça-feira, dia 08 de março, no Rio de Janeiro, uma importante rodada de negociação entre dirigentes da Intersindical e a direção do Grupo Neoenergia, para discutir o pagamento da PLR 2013. Como de hábito foram horas de debates e discussão, que na verdade se iniciou na segunda-feira, dia 07 de março, quando os dirigentes sindicais participaram de uma exaustiva reunião com os acionistas majoritários do Grupo, para discutir o aperfeiçoamento do pagamento da PLR/2013, como metas e objetivos factíveis para 2014.

Na discussão específica com a direção do Grupo Neoenergia, foram debatidas objetivamente também as metas estabelecidas para o pagamento da PLR 2014 os dirigentes da Intersindical cobraram o pagamento da PLR antes do feriado da Semana Santa, como historicamente sempre aconteceu. A Diretora de Recursos Humanos, Lady Moraes, afirmou que é possível o pagamento antes do feriado, desde que sejam superados os impasses ainda existentes.

Os dirigentes da Intersindical foram contundentes na defesa de mais recursos da PLR/2013 como forma de compensar o empenho e dedicação dos trabalhadores para o fortalecimento do Grupo Neoenergia em todos os estados.

Na quarta e quinta-feira, dias 09 e 10, acontecerão novas rodadas de negociação com os superintendentes das empresas e os respectivos sindicatos para continuar as discussões sobre o pagamento da PLR/2013.

Participaram da reunião representando os trabalhadores os seguintes dirigentes sindicais: José Paixão (Sinergia-BA), José Fernandes (Sintern), Pedro Damásio (Sintern), Paulo de Tarso (FNU), Mario Bomfim (Representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Coelba) e Renan Costa (Assessor FNU).

A Intersindical convoca os trabalhadores a ficarem mobilizados, pois os muitos avanços conquistados até aqui pelos sindicatos, somente foram possíveis graças à luta da categoria. Reunião do conselho de administração

Serão realizadas nesta quarta-feira, dia 09, reuniões dos Conselhos de Administração da Coelba, da Cosern e da Celpe para aprovar os resultados de 2013 e discutir os objetivos de 2014, visando o aprimoramento dos mesmos. Participarão da reunião do conselho representando os trabalhadores Mário Bonfim (Coelba) e Pedro Damásio (Cosern).

Portal da CUT

Mais de 40 mil lotam ruas de SP na Marcha da Classe Trabalhadora

09/04/2014

Depois de tomar a Praça da Sé, ato prosseguiu na avenida paulista. Presidente da CUT, Vagner Freitas, disse que manifestação vai pressionar pela negociação da pauta dos(as) trabalhadores (as)
Escrito por: CUT NACIONAL

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, disse que a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, ato unitário das centrais sindicais vai pressionar o Executivo e o Congresso Nacional (Câmara e Senado) a retomar negociações da pauta dos(as) trabalhadores (as). "O Congresso tem de aprovar a nossa pauta. Esse é o momento. Em ano eleitoral, eles vêm atrás de voto e para ter voto de trabalhador (a) tem de atender a pauta da classe trabalhadora", disse o dirigente.

Ele também comparou o ato a uma campanha salarial, uma greve. "É como uma campanha salarial. Essa marcha representa uma greve", afirmou, antes de a marcha iniciar a caminhada rumo ao vão livre do Masp, na Avenida Paulista, com trajeto pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Mais de 40 mil pessoas acompanhavam a marcha por volta das 11h, na região central e Praça da Sé, onde foi realizado o ato político, com a fala dos presidentes das seis centrais, mas este número deve mudar e crescer até o final do ato. Seis carros de som festacionaram em frente às escadarias da Catedral da Sé. A marcha é um ato unitário organizado conjuntamente pela CUT e CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central, UGT. Até as 12h, rádios e sites da chamada grande mídia, com exceção da CBN, insistiam em noticiar que apenas 3 mil pessoas participavam da marcha.

Segundo o presidente da CUT, o foco da marcha é voltado à classe trabalhadora. O mesmo disse o secretário-geral da central, Sérgio Nobre, ao afirmar que a marcha não é contra ninguém e sim a favor dos trabalhadores.

"É absolutamente sindical, ela fala da pauta da classe trabalhadora. Vamos reentregar a pauta ao governo, ao Legislativo, ao Judiciário", afirmou Vagner Freitas. "Avançou muito pouco (a pauta). Praticamente ficou estagnada", acrescentou Vagner, que, como muitos, segurava uma foice com os dizeres "PL 4.330", referência a projeto de lei sobre terceirização repudiado pelas centrais.

Entre as principais reivindicações, estão redução da jornada para 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, correção da tabela do Imposto de Renda, arquivamento do PL 4.330 e manutenção da política de valorização do salário mínimo.

"A CUT vai ter posicionamento no momento oportuno. As centrais não podem cometer esse equívoco de frustrar os trabalhadores, elas os representam." Segundo ele, há um acordo entre o "comando das centrais" para não defender candidaturas durante a manifestação.

Documento assinado pelas CUT e demais centrais será entregue ao governo federal e aos presidentes do Congresso Nacional (Câmara e Senado).

Diap, 10/04/14

Senado ouvirá ministro e sindicalistas sobre salário mínimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta terça-feira (8), duas audiências para discutir a política de valorização do salário mínimo a longo prazo, propostas pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Para uma das audiências será convidado o ministro do Trabalho, Manoel Dias. Para a outra serão convidados os presidentes das centrais sindicais e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O senador Inácio é autor do projeto de lei do Senado que prorroga até 2019 a vigência da Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que instituiu aumentos reais do salário mínimo, levando em conta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que só tem vigência até o próximo ano.

"Como resultado da valorização do salário mínimo e das políticas de inclusão social dos governos Lula e Dilma, houve um grande crescimento da demanda, puxado pelo aumento da renda da base da pirâmide", avalia o senador.

Ele diz ainda que "o consumo interno respondeu positivamente, tendo sido o principal impulsionador da economia, contribuindo decisivamente para mitigar os efeitos domésticos da crise financeira mundial desde 2008."

As audiências deverão ocorrer ainda neste mês de abril e contarão com a participação do Ministro do Trabalho, do presidente do Ipea, do economista João Saboya, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidentes das centrais sindicais - Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Nova Central Sindical de Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Central Sindical e Popular (Conlutas). (Fonte: *Assess. do senador Inácio Arruda*)

Portal da Força Sindical

Trabalhadores da Construção Pesada podem decretar Greve Geral na Bahia a partir desta quinta-feira

A greve geral da categoria atingirá as principais obras do estado, entre elas, o Metrô de Salvador, Consórcio Imbuí, Duplicação da Pinto Aguiar, Via Bahia, Consórcio 093, Parque Eólico, Ferrovia, Montagem Industrial, Obras de Terraplanagem, entre outras.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia (SINTEPAV), filiado à Força Sindical, entregou ao SINICON a pauta de reivindicações da categoria para a data base de 1º de março. Decorridas oito rodadas de negociações diretas, houve mediação na Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE), mas as partes não chegaram a um acordo. Como prova de maturidade e, ainda, em face do comprometimento dos trabalhadores com o cronograma de importantes obras, o SINTEPAV buscou negociação nas diversas instâncias com o objetivo de compor com o Sindicato patronal visando evitar o conflito.

Lamentavelmente não houve acordo e os trabalhadores definiram deflagrar greve por tempo indeterminado em todo o Estado, conforme noticiado em publicação de edital. As assembleias ocorrerão simultaneamente em todo o estado da Bahia, nesta quinta-feira (10), a partir das 07h. Em Salvador, as assembleias acontecem nos canteiros de obras do Metrô, Consórcio Imbuí, Duplicação da Pinto Aguiar, entre outras obras.

Sintepav não aceita argumentos ou teses regressivas propostas pelo patronato. A construção entre os setores da atividade econômica brasileira tem obtido repetidos êxitos, com crescimento a uma taxa média de 5% com lastro econômico e financeiro para atender as reivindicações da categoria. As empresas que eram só construtoras, expandiram suas atividades com carteiras de projetos importantes, com negócios em distintas atividades como petróleo e gás, energia, indústria naval etc., o que as tornaram mais robustas e sendo grandes multinacionais brasileiras.

Nos últimos anos, as construtoras têm crescido exponencialmente. O aumento representativo do setor da construção em relação PIB brasileiro é significativo, indicando riqueza gerada. Na série histórica de 2005 à 2013, a cadeia produtiva da construção movimentou bilhões de reais, ano a ano,

sem que houvesse uma tradução real deste crescimento em termos desalários e benefícios para os trabalhadores.

O Sintepav lamenta a posição do Sinicon de não chegar a um acordo, levando os trabalhadores a Greve. No momento que vivemos problemas na geração de Energia, na mobilidade urbana, da necessidade de ter o estaleiro concluído para iniciar operações, ajudando o desenvolvimento econômico da Bahia, a atitude de setores do empresariado que pensa no lucro instrumental em detrimento dos interesses dos trabalhadores e da Bahia, é deplorável. A paralisação poderá comprometer o calendário de entrega de importantes obras com prejuízos para a população, cuja responsabilidade é dos empresários.

Assim, considerando tais circunstâncias e o novo ambiente político, econômico e social brasileiro, os trabalhadores querem um resultado da negociação que seja distributivo da riqueza e que valorize socialmente o trabalho. Entendemos o nosso papel e desejamos um acordo equilibrado e justo, que resulte no avanço do direito.

Portal da UGT

Trabalhadores da Construção pesada do Rio estão em greve

08/04/2014

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sintraicp), cumpriu a promessa que havia feito em 31 de março e decretou greve geral na madrugada dessa segunda-feira (7) e paralisando praticamente todas as obras na cidade relativas à Copa do Mundo deste ano e Olimpíadas de 2016. A greve ameaça a conclusão do corredor de ônibus Transcarioca, previsto na Matriz de Responsabilidade para a Copa do Mundo e com o orçamento já batendo R\$ 1,7 bilhão.

Segundo o presidente do Sitraicp, entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT) Nilson Duarte, "pelo menos 80% dos operários estão parados". A entidade representa 30 mil trabalhadores. "Estão em greve os trabalhadores da Transcarioca, Transmodal, Transolímpica, Metrô Linha 4, Porto Maravilha, obra do Caju e todas as relativas à infraestrutura, como recapeação de asfalto" garantiu Duarte.

A paralisação deve afetar em cheio a conclusão da Transcarioca, obra que liga o Aeroporto do Galeão à Barra da Tijuca. Em fevereiro, a Prefeitura afirmou que a previsão de entrega era o mês de abril. O cronograma, porém, já prevê a finalização para junho, às vésperas da Copa do Mundo.

Durante as negociação com o setor patronal o Sitraicp apresentou a proposta de convenção coletiva com 70 itens dos quais cinco são a base fundamental da negociação: são eles:

- 1 – Aumento de 10%
- 2 - Cesta básico de R\$ 300,00
- 3 – Hora extra de segunda a sexta-feira, com aumento de 100%
- 4 – Plano de Saúde familiar
- 5 - PLR (Participação nos Lucros e Resultados) corresponde a 2 salários do trabalhador

"Os números que nós pedimos é o mínimo necessário", avalia o presidente Nilson Duarte. De acordo com ele, as empresas já ofereceram aumento escalonado no valor da cesta básica e 9% de reajuste salarial. Essa proposta foi rejeitada pelos trabalhadores que decidiram entrar em greve geral. O sindicalista afirma que as demais propostas, como PLR, Plano de Saúde e aumento de 70% para 100% nas Horas extras não chegaram a ser deixaram

Portal da UGT

Vitória dos trabalhadores de asseio e conservação do ABC mostra a força da categoria

09/04/2014

Após paralisação que durou oito dias, trabalhadores e trabalhadoras de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Manutenção de Áreas Verdes Públicas e Privadas do ABC conquistaram 10% de reajuste salarial e encerraram, nesta segunda-feira (07), a greve da categoria.

A reivindicação feita pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Manutenção de Áreas Verdes Públicas e Privadas de São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Santo André, Mauá e Ribeirão Pires (SIEMACO-ABC), entidade filiada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), era de 15% de reajuste, contudo o valor conquistado foi considerado vitorioso, já que a categoria conseguiu também bônus de R\$ 300 a serem pagos em 5 de junho, mesma data em que os trabalhadores receberão o valor referente aos dias parados, totalizando aproximadamente R\$ 600.

"Foi uma conquista inédita para nós, já que para chegar aos 10%, não é uma negociação fácil. Esta paralisação nos deixa lição em relação à união de nossa categoria e a força que essa base tem", diz Roberto Alves, presidente do Siemaco-ABC.

Esta é uma vitória que, sem dúvida, fortalece a unidade da categoria que com garra continuará lutando para melhor as condições de trabalho destes que são profissionais que exerce uma função de extrema importância na sociedade.

"Os varredores, conhecidos como garis, os coletores e os motoristas de caminhões coletores cumprem uma função primordial na nossa sociedade, por isso mesmo, esses trabalhadores precisam ser valorizados para terem melhores condições para trabalhar, pois estes são profissionais que estão sujeitos a diversos tipos de adversidade", explica Ricardo Patah, presidente nacional UGT.

Os trabalhadores e trabalhadoras já voltaram as suas atividades e a previsão é que a coleta de lixo das cidades seja regularizada até o final desta semana.

Por Fábio Ramalho – imprensa UGT com informações de agências

Monitor Mercantil, 10/04/14

Empresa tem que pagar contribuição sindical mesmo que não tenha empregados

Com o entendimento que a contribuição sindical é devida mesmo por empresa que não tem empregado, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Total Administradora de Bens Ltda. ao pagamento da contribuição sindical patronal. A decisão foi proferida no julgamento dos recursos do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e Condomínios Residenciais e Comerciais do Norte do Estado de Santa Catarina (Secovi Norte) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A empresa ajuizou ação na vara do trabalho de Jaraguá do Sul (SC), alegando que, desde a sua criação, jamais possuiu empregados e, mesmo assim, vinha sendo compelida indevidamente ao pagamento da contribuição sindical. O juízo deferiu o pedido, declarando a inexistência de relação jurídica entre a empresa e o sindicato, relativamente à cobrança daquela contribuição.

Sem sucesso junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), o Secovi e a CNC interpuseram recursos ao TST, insistindo na argumentação de que o recolhimento da contribuição sindical não está adstrito aos empregados ou às empresas que os possuam, e conseguiram a reforma da decisão regional.

O relator do recurso, ministro Alberto Bresciani, assinalou que, de fato, todos os empregados, trabalhadores autônomos e empresários que integrem determinada categoria econômica ou profissional são obrigados a recolher a contribuição sindical, "não sendo relevante, para tanto, que a empresa tenha, ou não, empregados". É o que determina os artigos 578 e 579 da CLT, afirmou.

Por maioria, a Turma julgou improcedente a ação da empresa. Ficou vencido o ministro Maurício Godinho Delgado.

Fonte: TST

Portal da CUT

Trabalhadores do campo debatem papel da agricultura familiar antes de ir à manifestação 09/04/2014

Plenária realizada nesta quarta (9) reuniu 2 mil agricultores (as) familiares que debateram temas como a importância da continuidade da política de valorização do salário mínimo

Escrito por: CUT Nacional e CUT-SP

Trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar da CUT deram início na manhã desta quarta-feira (9) à 8ª *Marcha da Classe Trabalhadora*. Antes do encontro com as outras centrais e categorias, na Praça da Sé, houve plenária na quadra dos Bancários com representantes da Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF) e o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Diante dos dois mil trabalhadores e trabalhadoras reunidos (as) pela plenária, Vagner destacou que a CUT quer que a pauta da classe trabalhadora seja destravada no Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados), e a reforma agrária está entre os pontos principais das reivindicações das centrais. "Não se trata de um ato partidário, mas de uma reivindicação sindical para destravar nossa pauta no governo, seja do estado, municipais, governo federal, Câmaras ou Assembleias Legislativas", afirmou aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

"Para que se entenda, de uma vez por todas, que não há desenvolvimento sem atender à pauta dos(as) trabalhadores (as). E desenvolvimento significa melhorar a qualidade de vida do povo. Por isso não aceitamos mais a manutenção do fator previdenciário e continuarmos sem a redução de jornada de trabalho". A Marcha já conta com mais de 40 mil pessoas.

O presidente da CUT cobrou, ainda, posicionamento firme do governo pela manutenção da política de salário mínimo, construída em luta na rua pelas Centrais e não dada por parlamentares

ou governos. Também considera essencial o reajuste da tabela de imposto de renda. "Nossa unidade tem que chegar até a avenida Paulista para construir o movimento que faça com que a pauta dos trabalhadores seja ouvida", afirma.

A política de valorização do salário mínimo foi pauta também destacada por Carmem Foro, vice-presidente nacional da CUT, que a relaciona aos/às agricultores/as. "Queremos destacar a mobilização para a manutenção da política de valorização do salário mínimo, que é importante, claro, para o conjunto da classe trabalhadora, mas especialmente para a agricultura familiar. Só avançaremos nas pautas de agricultura com mobilização e a CUT é a central que mais reúne entidades ligadas aos agricultores.", ressalta a sindicalista.

O sucesso nos momentos de convergência das centrais sindicais também foi lembrado no ato. Como prova, Vagner Freitas cita a união em torno do nome de João Felício, da CUT, primeiro presidente latino-americano eleito para a presidência da CSI (Confederação Sindical Internacional).

O presidente da central também destacou a situação e atraso do estado de São Paulo em pautas importantes para a sociedade. "São Paulo era a locomotiva do Brasil e agora é símbolo do atraso, com sucateamento da Saúde, Educação, Metrô, e problemas sérios na agricultura familiar." O presidente aponta a agricultura familiar como uma das pautas principais da CUT no segundo semestre.

O papel da Agricultura Familiar na sociedade é destacado por Marcos Pimentel, presidente da FAF. "Viemos para mostrar para a cidade qual o poder do campo na luta dos trabalhadores. Em São Paulo, 95% das terras agricultáveis estão nas mãos do agronegócio para produzir eucaliptos, soja, pasto e cana. Só 5% está nas mãos dos agricultores familiares para produzir alimento.", aponta, lembrando que os agricultores familiares são responsáveis por 70% dos alimentos no estado de São Paulo. "O estado mais rico do país não tem crédito, sucatearam políticas como CAT e desmontaram o Itesp [Instituto de Terras do Estado de São Paulo]. São Paulo, que administra o maior recurso da união, não destina recurso para a agricultura familiar", critica.

Marcos Rochinski, coordenador da Federação da Agricultura Familiar, destaca o papel da CUT na discussão da agricultura no País. "Estamos em pleno processo de lutas e negociação da nossa pauta de reivindicação e precisamos que a CUT se some nessa luta. A CUT tem que chamar a responsabilidade para si e, além da marcha, realizar manifestações no segundo semestre para lembrar que esse ano internacional da agricultura familiar e mostrar a importância desse tema na economia do país e na organização dos trabalhadores". Para a vice-presidente da CUT, Carmen Foro, destaca as iniciativas da CUT na discussão e afirma que "Reforma Agrária, assim como agricultura familiar, são fundamentais para mudar o Brasil e garantir alimentos na mesa dos brasileiros".

Para o presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima, a ausência de Reforma Agrária é também uma das causas de violência e pobreza em São Paulo. "A CUT nasceu defendendo reforma agrária nas ruas e o que vemos nas ruas de São Paulo são sinais de violência e pobreza que, se houvesse uma reforma agrária, não estaria no nível que está. Exigimos a aceleração da reforma agrária e que ela dê condições para que quem viva na terra possa produzir." O dirigente estaca que, além das dificuldades técnicas de plantio, ainda há a dificuldade de estrutura para escoamento da produção. "Não há responsabilidade do governo de São Paulo para dar proteção aos agricultores familiares. O modelo de desenvolvimento paulista é inadmissível".

Diap, 10/04/14

Agenda do Congresso: CCJ suspende votação que decide abrangência da CPI

Por causa do início das votações no plenário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado suspendeu a reunião, que começou nesta terça-feira (8), à tarde, em que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) acatou a ampliação da abrangência da CPI da Petrobras, conforme defende a base governista.

Jucá, relator das questões de ordem sobre a CPI da Petrobras encaminhada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), permite a entrada dos temas sugeridos por parlamentares governistas com a investigação das denúncias de corrupção na construção dos metrô em São Paulo e de contratos irregulares em Pernambuco.

O debate sobre o voto de Jucá e a votação do relatório elaborado por ele continuarão na sessão desta quarta-feira (9). A reunião desta tarde foi marcada pelos protestos dos senadores do PSDB e DEM, que pedem uma CPI exclusiva para a Petrobras.

Oposição vai ao Supremo

Líderes da oposição no Senado impetraram nesta terça-feira mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a instalação de CPI exclusiva com o propósito de investigar irregularidades na Petrobras.

Senadores esperam que o STF conceda uma liminar que garanta já o direito das minorias de instalar a CPI.

Atualização da Lei da Microempresa

A Câmara dos Deputados realiza, nesta quarta-feira, comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP) 221/12, que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06).

O evento contará com a presença do ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barreto, defensores da medida.

41 deputados cassados em 1964

Ato público na Câmara dos Deputados vai homenagear na quinta-feira (10) os 41 deputados federais cassados pelos Atos Institucionais 1 e 2, assinados no dia 10 de abril de 1964 pelo comando da então recém-instalada ditadura civil-militar.

O evento promovido pela Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, integrada à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, será realizado às 11 horas, no Hall da Taquigrafia, no anexo 2.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) lembrou que “com a cassação dos mandatos o regime militar perpetrou uma violência não somente contra o Parlamento, mas também contra o povo que elegeu esses representantes”.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Assis do Couto (PT-PR), ao citar a importância da data, avaliou que “os primeiros atos depois do golpe trataram de cassar mandatos de representação popular, e isso não ocorreu por acaso”. (*Com agências Senado e Câmara*)

Portal Gestão Sindical

O legado econômico da ditadura: O retrato de um desastre

09/04/2014 por Correio da Cidadania

Escrito por Leonardo Soares dos Santos*

Não é incomum ouvirmos da boca raivosa daqueles que ainda têm coragem de defender o regime implantado nesse país a partir de 1964 que, apesar dos “escassos mortos” (mas que fizeram por onde serem aniquilados) e “alguns excessos” ocorridos nos porões da “Revolução” (sic), ele, o regime, além de ter restabelecido a autoridade, o amor aos valores ligados à família e a Deus (!), à democracia (sic) etc., teria se notabilizado pelo seu inegável sucesso em termos econômicos. O qual se manifestaria principalmente em duas áreas: o do crescimento da economia (o Produto Interno Bruto) e as várias obras que fizeram dessa nação um verdadeiro e continental canteiro de obras. Além de pretensioso, o argumento é por demais fajuto.

O crescimento foi enorme sim, mas sem nenhuma consistência, todo ele baseado num irresponsável endividamento público, que de pouco mais de 3 bilhões de dólares ao tempo de Jango saltou para estratosféricos 100 bilhões com Figueiredo. E este ainda tendo que se humilhar para pedir dinheiro emprestado ao FMI, alegando que o país estava simplesmente falido.

O PIB inchou sim – essa é a expressão correta, mas a forma como se deu beirou a covardia: extremamente concentrado, beneficiando e locupletando uma elite e algumas mínimas parcelas da classe média. Do outro lado, bem, melhor seria dizer: lá embaixo no abismo, a massa trabalhadora empobrecia a olhos vistos, era vitimada por uma absurda política de arrocho salarial (numa antecipação do que viria a ocorrer novamente com o ajuste neoliberal de FHC).

O povo, trabalhador e pobre, a quem os militares prometeram salvar das garras do comunismo, era covardemente aviltado. E era deste povo que, além de arrancar suor e sangue, o regime extraía dinheiro e mais dinheiro para financiar a compra a crédito barato de secador de cabelo, TV, rádio, geladeiras, automóveis por parte de um segmento privilegiado – este sim protegido. E hoje, com toda razão, tem por que chorar pela volta da ditadura. Nesta, o povo tinha que trabalhar duro para que elas (as madames) deixassem suas perucas brilhando.

O ridículo a que se chega por parte dos saudosistas só se agrava quando passam a recorrer aos chamados “grandes empreendimentos” do regime. Pura bazófia. Obras sem nenhuma transparência e controle de gastos – quem denunciasse era morto; inúmeras se mostraram um fracasso (Transamazônica, estádios de futebol gigantescos em praças sem nenhum apelo, usina de Angra); e só contribuíram para o alarmante endividamento do país, fazendo a alegria dos bancos internacionais e empreiteiras.

E se já não bastassem as construções bizarras, ao menos no Rio a ditadura primou também pela destruição insana de preciosidades do espaço carioca, como o Palácio Monroe. Marcos da Cidade Maravilhosa, postos abaixo pela boçalidade tecnocrática. Um ato simplesmente criminoso. Mais um dentre milhares.

E mais do que a corrupção, muitas dessas obras acabaram ceifando a vida de inúmeros trabalhadores. Calcula-se que só nas rodovias construídas na Região Amazônica 8 mil índios tenham sido exterminados. Para "limpar o território" recorreu-se fartamente às práticas denominadas "correrias", expedições organizadas para dizimar etnias indígenas até o final da década de 1970, principalmente no sul do Acre e do Amazonas. Ou seja, estamos diante de um verdadeiro genocídio. E não esqueçamos da Ponte Rio-Niterói, tão endeusada, mas que vitimou centenas de operários, que trabalhavam sem qualquer proteção, em situações de flagrante perigo. Resultado: muitos deles acabaram sendo "concretados" vivos.

Recorrer à realização de obras faraônicas para enaltecer a selvagem ditadura militar que foi imposta aos cidadãos e cidadãs brasileiros com base no terror e – muito pior! – tentar absolvê-la dos seus inúmeros crimes (prisões arbitrárias, torturas, sevícias, choques, afogamentos, perseguições, estupro, ocultação de cadáveres etc.) é não apenas um insulto ao mais reles senso de dignidade, como uma afronta à verdade histórica.

Se já não bastassem os crimes prescritos contra seres humanos, as viúvas da sanguinária ditadura "cívica, redentora, cristã e democrática" seguem com seu espetáculo abominável de agressões, só que agora tentando vitimar a própria história e, de quebra, a razão. Triste!

** Leonardo Soares dos Santos é professor de História da UFF.*

Agência Brasil, 10/04/14

Desemprego nos 34 países da OCDE sobe para 7,6%

*Com informações da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

A taxa de desemprego nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) subiu para 7,6% em fevereiro, com 46 milhões de pessoas à procura de emprego, depois de três meses de queda consecutiva, segundo dados da instituição divulgados hoje (9).

Em fevereiro, a taxa de desemprego no conjunto dos países da OCDE aumentou 0,1 ponto percentual em relação a janeiro, apesar de haver menos 3,8 milhões de desempregados do que no pico registrado em abril de 2010, mais 11,4 milhões de pessoas, do que em julho de 2008.

De acordo com os dados da OCDE, a taxa de desemprego manteve-se estável na zona do euro, em 11,9%, no mês de fevereiro, o que ocorre pelo quinto mês consecutivo.

A taxa de desemprego aumentou 0,2 pontos percentuais na Holanda (7,3%), 0,1 ponto percentual na França e Itália (para 10,4% e 13%, respectivamente), enquanto diminuiu 0,2 pontos percentuais na Espanha, para 25,6%, e 0,1 ponto percentual na Áustria e na República Tcheca (para 4,8% e 13,9% pela mesma ordem).

Na Alemanha, a taxa de desemprego manteve-se estável em 5,1% pelo segundo mês consecutivo.

Segundo a OCDE, a taxa de desemprego subiu de 0,1 ponto percentual nos Estados Unidos, para 6,7%, após meses de queda consecutiva.

Nos países da organização, em fevereiro a taxa de desemprego das mulheres foi 7,7%, enquanto a dos homens foi inferior, situando-se em 7,5%.

O desemprego dos jovens continua a ser um problema crônico nos países da zona do euro.

Na Grécia, os últimos indicadores disponíveis, referentes a dezembro de 2013, indicam que a taxa de desemprego dos jovens foi 58,3%. Em fevereiro, essa taxa atingiu 53,4% na Espanha, 42,4% na Itália, 35% em Portugal e 32,5% na Eslováquia.

Portal Gestão Sindical

Nobel de Economia diz que "sonho americano" é um mito

09/04/2014 por Portal R7

Medellín (Colômbia), 9 abr (EFE).- O economista americano Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel em 2001, afirmou ontem, terça-feira, durante uma palestra no 7º Fórum Mundial de Cidades, que os Estados devem desempenhar o papel que lhes corresponde no planejamento das cidades ao considerar que o sonho americano, modelo que deixa as urbes nas mãos dos mercados, é um mito. "O Estado tem que desempenhar um papel importante. O que me preocupa é que nos últimos 20 anos perdemos esse equilíbrio entre o papel do Estado e o do mercado", disse Stiglitz durante a palestra no fórum que acontece na cidade de Medellín, na Colômbia. Para o economista, as cidades americanas de Detroit e Gary - lugar onde nasceu - são urbes "que fracassaram porque os governos não fizeram o que tinham que fazer" e as consequências da desindustrialização, de automóveis e aço respectivamente, as condenaram. "Os mercados não tratam bem a reestruturação urbanística", disse. Além disso, questionou o sonho americano, que chamou de "mito", já que o progresso dos cidadãos nos Estados Unidos depende dos estudos custeados por seus pais, enquanto na Europa, com modelos considerados "mais rígidos", a educação é universal. Stiglitz contrapôs o

modelo dessas cidades americanas com a asiática Cingapura, "onde o Estado teve um papel fundamental em seu desenvolvimento"; a inglesa Manchester, reconvertida em polo musical, cultural e estudantil após sua desindustrialização; e a própria Medellín. "Em muitos países querem copiar o modelo americano e eu quero chamar a atenção sobre isso: tenham cuidado com o que desejam, os EUA alcançaram o maior nível de desigualdade de todos os países desenvolvidos", disse Stiglitz, que atribuiu esse fenômeno a decisões políticas e não só a "forças econômicas". Durante a manhã de ontem, em entrevista coletiva, Stiglitz alertou sobre as consequências para a Colômbia da assinatura de um Tratado de Livre-Comércio (TLC) com seu país: estes acordos "são elaborados para o interesse dos Estados Unidos e a favor de outros países avançados", disse o economista. "Se seguimos as regras do jogo dos EUA terminamos com seus resultados negativos", acrescentou o economista. Além disso, Stiglitz pediu que o setor público pensasse nos pobres na hora de planejar a remodelação das cidades ou de construir novas urbes porque "o Produto Interno Bruto (PIB) não é uma boa medida do bem-estar". "São os pobres que sofrem com uma cidade mal planejada: os pobres sofrem com os transportes ruins, com a falta de parques públicos e de habitação", disse. O Prêmio Nobel foi um dos convidados principais do 7º Fórum Mundial de Cidades de Medellín, que tem como objetivo buscar soluções para diminuir a crescente desigualdade nas cidades dos cinco continentes e reverter essa tendência para a promoção de um desenvolvimento mais igualitário. EFE at/rpr (foto)

Organizado por Ernesto Germano